**O TRABALHO DO TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS (TILS) NO PROCESSO COMUNICACIONAL JUNTO À PESSOA SURDA EM CONTEXTO ESCOLAR**

Waldeilson Martins Braga[[1]](#footnote-1)

Geceilma Oliveira Pedrosa[[2]](#footnote-2)

Maria Lúcia Tinoco Pacheco[[3]](#footnote-3)

**E-mail:** bragawaldeilson@gmail.com

**GT 3:** Educação Inclusiva, Educação Especial e Direitos Humanos na Amazônia

**Financiamento:** FAPEAM

**Resumo**: Este texto é um recorte de uma pesquisa finalizada, cuja temática girou em torno do trabalho da tradução e das escolhas do tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS) em face do conteúdo a ser comunicado à pessoa surda em contexto escolar. Destacamos que tomamos como problemática tal questão devido à necessidade de, no processo de tradução educacional, estabelecer correlação entre os termos visuoespaciais e aqueles usados no vocabulário oral brasileiro. Propusemos como objetivo geral mostrar a importância do trabalho do Tradutor/Intérprete de Libras para inclusão comunicacional da pessoa surda, diante das barreiras linguísticas encontradas no decorrer do processo de tradução. De base exploratória, o estudo utilizou a pesquisa bibliográfica na forma básica, em uma abordagem qualitativa. Dentre os resultados, vimos que a tradução literal da locução falada, sobretudo em contexto escolar, faz-se necessária, uma vez que o processo de ensino-aprendizagem exige o conhecimento de conceitos, categorias, modelos, os quais não podem ser comprometidos no exercício da tradução. Ainda que os TILS tenham de fazer escolhas nessa tarefa, a fidelidade no processo comunicativo de tradução e interpretação junto ao público surdo deve ser atendida para que sejam evitadas interpretações indevidas de certos conceitos, problemas relacionados à apreensão de conteúdos no processo de ensino- aprendizagem, entre outros.

**Palavras-chave**: Inclusão da Pessoa surda; Processo de Comunicação; Tradução e interpretação; Língua Brasileira de Sinais.

**INTRODUÇÃO**

Hodiernamente vemos a ascensão de um mundo globalizado, comunicativo e totalmente conectado, sendo a linguagem um dos seus pilares. Contudo, essa evolução racional da inteligência humana, mesmo numa economia global, ainda apresenta dificuldades de dialogar com as diferenças.

Dito de outro modo, o mundo ainda é pensado sob as bases do indivíduo comum, heterogêneo, subalternizando outros que não se encaixam no modelo; logo, toda e qualquer forma diferente e tudo que se relaciona a ela, como a linguagem, por exemplo, corre o risco de ser marginalizada diante do então comum. Esse é o cenário em que se insere ainda a pessoa com deficiência.

Apesar de possuirmos várias legislações sobre inclusão social, ratificando igualdade para todos, observamos diversos desafios em relação ao processo inclusivo da pessoa com deficiência, sobretudo quando esta tem como um dos traços de identidade e diferença o uso de uma língua visuoespacial num ambiente onde predominam línguas orais. A barreira comunicacional, para a pessoa surda, é historicamente um dos maiores desafios no que refere a sua inclusão (Monteiro, 2006).

Considerando-se que a Libras, empregada pela comunidade surda, até o presente momento não é de domínio dos falantes da Língua Portuguesa, e, ainda, que muitos dos seus códigos, no que se referem à tradução são construídos na intercomunicação entre ambas as línguas, reveste-se de importância o trabalho do TILS nos diversos espaços sociais que a pessoa surda ocupa, qual seja, laboral, científico, acadêmico entre outros.

De modo igual, entende-se que o processo de tradução e interpretação exige do TILS certa competência e preparo uma vez que a LIBRAS se torna um tanto mais complexa em relação àquelas línguas faladas, pois, trabalha com um limitede gestos codificados, deixando muitas palavras escritas sem tradução, aumentando sua complexidade ainda mais quando levada em consideração as palavras falada. No cenário escolar, em que a tradução e interpretação trazem implicações diretas para o aprendizado do aluno surdo, as responsabilidades se intensificam, aumentando o nível de proficiência e competência tradutória (Sousa,2011).

Logo, é pertinente a preocupação com o trabalho do TILS em face das escolhas de interpretação da língua de sinais para a língua portuguesa e vice-versa: será que a mensagem fora traduzida com sua verdadeira significância? Ocorreu de alguma palavra dita ou escrita não possuir tradução? Houve necessidade de adaptação para que a mensagem apresentasse sentido?

 Assim, este estudo procura, considerando as perguntas suscitadas anteriormente, mostrar a importância do TILS, do seu trabalho, das suas escolhas, diante da inclusão comunicacional da pessoa surda na escola.

**METODOLOGIA**

Para tratar desse estudo, que tomou como problemática a importância do trabalho do TILS envolvendo a tradução entre a Libras e a Língua Portuguesa em face do processo comunicacional no contexto escolar, tomamos como procedimento técnico, a pesquisa bibliográfica. Esta se apresenta não como sendo uma reprodução daquilo que fora dito, mas como uma análise dissertativa e questionadora sobre determinado tema (Lakatos; Marconi, 2010).

No nosso caso, utilizamos essa pesquisa porque intentamos responder a um questionamento em contexto profissional sobre o qual precisávamos construir leituras e ao mesmo tempo conhecer como o problema que elegemos era analisado em estudos já feitos. Por já termos delimitado o tema em relação ao problema investigado, a pesquisa bibliográfica se deu em duas bases: Google Acadêmico, ferramenta em que pesquisamos artigos, dissertações, livros e outros; e a rede Lexml, para documentos de base jurídica.

Definidas os bancos de pesquisas supracitados, o passo seguinte foi a definição de descritores para o direcionamento das buscas, quais sejam, TILS, Mediação, Formação, Tradução e Interpretação, Libras, Surdez e Língua Portuguesa. Em outro momento, os textos sofreram uma redefinição de termos, “aluno, ensino, aprendizagem e contexto escolar”, os quais possibilitaram precisar a composição do *corpus* a ser analisado. Assim chegamos a sete trabalhos, os quais foram submetidos a uma leitura interpretativa de modo a dialogar com a abordagem qualitativa, uma vez que buscamos ainda que, sucintamente, explicar situações que não podem ser medidas e nem traduzidas em números (Gil, 1987).

Em relação à realização dos objetivos, o estudo se mostra de modo exploratório, evidenciando-se algumas questões pertinentes ao tema, as quais compuseram a pesquisa em sua totalidade, sendo esse texto apenas um recorte. Ressaltamos, por fim, que o breve recorte tem o intuito de mostrar um estudo gerido de modo a se construir um olhar universal sobre aquilo que se pesquisa, entendendo que a nossa preocupação também seja de interesse de outras realidades em relação ao tema abordado.

**RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO**

Os textos que analisamos, com base, na problemática que elegemos, focada no trabalho do tradutor intérprete de Libras, a partir de um olhar histórico refletem sobre várias questões, dentre as quais a deficiência, a pessoa surda e o reconhecimento da Libras no território nacional.

Monteiro (2006, p. 294) relata que as crianças surdas, no século passado, “[...] não conseguiam alcançar suas metas e objetivos devido ao preconceito e a marginalização existente na sociedade, em relação à Língua Brasileira de Sinais e a construção da Identidade e Cultura Surda Brasileira”.

Passado esse tempo, encontramos hoje um cenário no qual se insere a Libras, esta não sendo mais marginalizada, contudo, ainda precisa ser reverberada, isso significa dizer que mesmo que o surdo tenha uma língua, existem barreiras no campo educacional a serem solucionadas.

Vivendo em um ambiente em que há predomínio de uma cultura oralizada, um dos principais obstáculos ainda tem sido o campo comunicacional, posto que para conseguirem realizar o processo comunicativo, os indivíduos com surdez utilizam-se da língua na modalidade visuoespacial.

No Brasil, a língua de sinais oficial é a Libras, reconhecida em legislação vigente promulgada e sancionada em 2002. Já a regulamentação e profissionalização do TILS é regida por lei específica, qual seja o Decreto 5626/2005, que traz a obrigação da tradução em Libras nas organizações públicas e privadas do país (Quadros, 2004). Objetiva-se com isso garantir aos surdos “o acesso pleno aos conhecimentos socialmente compartilhados.” (Monteiro, 2006, 295).

Uma outra questão diz respeito ao próprio direito à tradução, que se estendendo aos contextos escolares implica um maior compromisso do tradutor-intérprete da língua de sinais junto à comunidade surda e à escola, uma vez que dependerá do seu trabalho, o acesso daqueles estudantes aos conteúdos escolares e a construção do conhecimento, perspectivando seu processo de aprendizagem.

Entendendo que todo e qualquer trabalho de tradução exige escolhas, com o TILS não é diferente. Imerso num contexto de uma língua visuoespacial e procurando no ato da tradução e interpretação trazer correspondências semânticas, o TILS vive em uma constante formação. Mas atuando em contexto educacional, exige-se deste profissional maior estreiteza com ambiente escolar. Segundo Zara e Pinho (2017), saber o básico de libras não é suficiente para atuar como TILS na sala de aula.

A tradução de determinada mensagem, principalmente em contexto escolar, impõe certa vigilância sobre a competência e as escolhas interpretativas dos TILS. Para Zara e Pinho (2017, p.3), é importante verificar a competência do TILS no repasse do conteúdo e analisar se ele está tendo ou não uma atuação condizente com as necessidades do professor e do aluno. Para a autora, a ausência pode comprometer “[...] a construção dos conhecimentos pelos alunos surdos e a apropriação adequada dos conteúdos”.

Uma outra questão a ser considerada é o processo da tradução simultânea. Sabendo-se que inexistem alguns sinais para várias palavras ou para sequências textuais de sentidos lógicos, a formalização da tradução e interpretação se torna muito complexa quando o processo comunicativo ocorre de modo simultâneo entre o TILS e o interlocutor, gerando, assim, sob a perspectiva do mediador, uma rápida análise e compreensão do sentido da mensagem transmitida, em função de uma acelerada decodificação desta mensagem, para o envio e posterior recepção da mensagem traduzida com significação idêntica àquela gerada.

Apesar de a língua de sinais deter certos limites em seu código, é responsabilidade do TILS receber, traduzir e transmitir a mensagem com seu conteúdo original, prioritariamente no exato momento em que são produzidas. Logo, este agente possui uma função essencial para o pleno e correto desenvolvimento do processo comunicativo entre a Libras e a língua portuguesa.

No contexto de ensino-aprendizagem, temos que esse *déficit* aumenta quando nos referimos às ciências exatas e naturais, pois, faltam códigos visuoespaciais exatos para determinados termos técnicos-científicos, o que torna a tarefa da tradução mais complexa, acentuando uma significância ainda maior do TILS dentro da sociedade acadêmica. Um TILS pode ser fluente em tal língua mas, também, pode apresentar certas dificuldades em determinadas aulas, pela ausência de sinais para a interpretação de determinados termos.

Observamos, ainda, que as mensagens decodificadas podem sofrer alterações de três modos distintos: a primeira alteração se dá pelo uso equivalente de termos e expressões de modo resumido, falados ou não pelo locutor; a segunda se mostra oposta à primeira, utilizando-se da omissão ou supressão de termos ou expressões falados pelo locutor; e, a terceira se dá pela utilização de termos ou expressões não equivalentes aqueles usados pelo locutor.

Neste cenário, estas últimas podem gerar maiores alterações em relação à mensagem transmitida, gerando, assim, maiores problemas em relação ao ensino, comunicação, socialização, entre outros. Ainda podem gerar imprecisões quanto aos conceitos transmitidos ou até mesmo desvios irreparáveis em determinados conceitos.

Mesmo em meio a essas dificuldades, é possível fazer uma tradução simultânea cuja recepção seja aceitável, de modo a proporcionar a assimilação de conhecimentos. Nesse contexto, é de suma importância o trabalho colaborativo do TILS junto aos estudantes surdos no sentido de produzir com eles códigos traduzíveis bem junto ao professor no acesso aos materiais usados em sala de aula tendo em vista a tradução (Lavor, 2022; Maquiné e Tinoco Pacheco, 2020).

Por esses motivos, entende-se a importância ímpar do trabalho do TILS na tradução e interpretação da Libras para a Língua Portuguesa em contexto escolar, o qual envolve muito mais que conhecimento teóricos linguísticos das línguas, abrangendo habilidades e competências outras que favoreceram o processo de ensino-aprendizagem da pessoa surda.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme o código de ética da Tradução e Interpretação em Língua de Sinais, o tradutor intérprete de libras não pode alterar o teor fim da mensagem e nem utilizar de suas opiniões próprias, tendo como principal finalidade a comunicação daquilo que realmente fora dito.

Observamos que ainda que o TILS venha realizar alterações conscientes da mensagem transmitida, esses implementos ou complementos não podem comprometer a fidelidade conteudista da mensagem oral e, por consequência, comprometer a qualidade da interpretação, mesmo que tais alterações sejam impostas pelas barreiras linguísticas existentes na tradução.

As barreiras linguísticas no processo de interpretação e tradução Português/Libras, de modo geral, dizem respeito à inexistência de determinados sinais para a tradução de determinados termos técnicos-científicos e à ausência de familiaridade dos TILS com esse conteúdo a ser traduzido.

Em função do exposto, e compreendendo a importância do profissional TILS na relação aluno surdo e escola, é mister atentar para um trabalho colaborativo entre TILS, pessoa surda, e docentes, bem como investir em pesquisas de codificações e possíveis apropriações/adaptações.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília, DF, de 24 de abr. de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 03 de mar. de 2020.

\_\_\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004- 2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 03 de mar. de 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAVOR, P. L. de. **Sala inclusiva: uma proposta didática para professores de alunos surdos e ouvintes**. Dissertação, PPGET/IFAM, Campus Manaus Centro, 2022.

MONTEIRO, M. S. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. Relato de experiência. Grupo de Estudos e Subjetividade. **Revista ETD – Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 292-302, Campinas, jun. 2006.

RODRIGUES, S. M.; TINOCO PACHECO, M. L. **Olá professor, seu aluno chegou! Caderno de orientações didático-pedagógicas para acolhimento de alunos surdos**. Produto Educacional. PPGET/IFAM, Campus Manaus Centro, 2020.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua** portuguesa. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

SKLIAR, C. **A surdez um Olhar sobre as Diferenças**. 3. ed. Porto Alegre: mediação, 2005.

SOUSA, D. O Tradutor/Intérprete de Libras no Contexto Educacional: Desafios Linguísticos no Processo Tradutório. **Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade**, Edição nº 08, 2011.

ZARA, R. A.; PINHO, G. C. A mediação português-língua de sinais de conceitos científicos em sala de aula. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciência** - IX ENPEC. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC - 3 a 6 de julho de 2017.

1. Tradutor/Interprete de Libras; Professor de Língua Portuguesa e Libras; Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico-PPGET/IFAM; Bolsista FAPEAM 1 [↑](#footnote-ref-1)
2. Professora da Universidade Federal de Roraima, Doutoranda da Universidade Federal de Uberlândia-UFU, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos-ILEEL 2 [↑](#footnote-ref-2)
3. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Docente do PPGET/IFAM; Membro do GEPROFET/IFAM, Pesquisadora de Diversidade e Inclusão 3 [↑](#footnote-ref-3)